

EDUCAÇÃO ■ Comunidade elegerá o diretor, que terá dinheiro todo mês para pequenas despesas

Escola pública terá mais autonomia ano que vem

Priscila Machado

As escolas públicas do DF terão maior autonomia financeira em relação à Secretaria de Educação e os diretores e vice-diretores serão eleitos pela comunidade escolar. As medidas, que começam a valer no próximo ano letivo, fazem parte da Gestão Compartilhada nas Escolas. O projeto, apresentado ontem pelo secretário de Educação, José Luiz Valente, deve ser sancionado pelo governador José Roberto Arruda (DEM) na próxima semana.

A partir do ano que vem, o próprio diretor ficará responsável em administrar os recursos financeiros da escola. Apenas os investimentos em obras, merenda e transporte escolar continuarão administrados pela Secretaria de Educação. Com a mudança, as compras em material de consumo, no valor de até R\$ 8 mil, poderão ser feitas pela escola, sem necessidade de licitação. Nas compras entre R\$ 8 mil e R\$ 80 mil, as próprias escolas poderão abrir licitação. Apenas nas aquisições acima de R\$ 80 mil será necessário que própria Secretaria de Educação realize o processo.

Para o secretário de Educação, José Luiz Valente, a mudança dará maior autonomia aos diretores.

— Hoje, o diretor não sabe quanto gasta por mês com água, luz e telefone. Isso gera um des-

compromisso e impotência. Hoje, a gestão do diretor é limitada, ele não tem autonomia, tudo passa pela secretaria. Para comprar uma torneira que estragou, ele tem que solicitar à secretaria — disse.

Atualmente, as verbas da Secretaria de Educação são repassadas às escolas uma vez ao ano, por meio do Programa de Descentralização de Recursos Financeiros (PDRF). São R\$ 9 milhões para as 616 escolas do DF, uma média de R\$ 14.600 por mês. Mas o secretário admite que, muitas vezes, os recursos chegam às escolas apenas no fim do ano letivo. Com a gestão compartilhada, a verba será mensal e não anual. Porém, ainda não foi definido quanto cada escola receberá.

— Estamos fazendo um estudo, de acordo com o tamanho da escola e a atual verba que ela recebe, para saber quanto cada uma vai receber por mês. Esse estudo deve ficar pronto até novembro — disse o secretário.

Nas escolas, as verbas serão administradas por uma unidade executora, formada pelo conselho escolar, com representantes da direção, pais, professores e alunos maiores de 16 anos. A gestão compartilhada determina que, em todos os meses de outubro, a unidade executora elabore e entregue à Secretaria de Educação um plano para a aplicação dos recursos no próximo ano letivo.



“Hoje, o diretor não sabe quanto gasta por mês com água, luz e telefone. Isso gera um descompromisso e impotência. Hoje, a gestão do diretor é limitada, ele não tem autonomia, tudo passa pela secretaria”.

José Luiz Valente, secretário de Educação do DF

O diretor do Sindicato dos Professores do DF (Sinpro), Antonio Lisboa, disse que a descentralização dos recursos é um avanço.

— Essa era uma antiga reivindicação do sindicato. Vai proporcionar uma maior resolução dos pequenos problemas nas escolas, que, em muitas vezes, não eram solucionados em razão da burocracia. Agora, vai ser obrigação da comunidade fiscalizar como os recursos serão aplicados — disse.

Todos os meses, a prestação de contas de cada escola será publicada no site da Secretaria de Educação.

A Gestão Compartilhada nas

Escolas traz mudanças também no processo de escolha da direção. A partir de agora, serão três etapas para a escolha do diretor e vice-diretor. Os candidatos passarão por análise de títulos e por prova objetiva. Apenas quem tiver nota maior que 60%, para vice-diretor, e 70%, para diretor, poderá se candidatar aos cargos. Pais, alunos maiores de 16 anos e os professores votarão na nova diretoria da escola. Para o secretário de educação, a mudança fará com que a comunidade seja a responsável pela escolha da direção.

— Como têm muito mais pais do que professores, a comunidade

é quem vai escolher o diretor. A mudança era necessária, porque como não existia regra, valia a vontade de quem tinha poder. Agora, com a nova seleção, vamos tirar o viés político partidário do processo — disse Valente.

A mudança não agradou o Sindicato dos Professores, que queria que fosse realizada apenas a eleição, sem provas.

— O processo na escolha da direção foi invertido. A prova limita a participação dos professores nas eleições, o número de pessoas será reduzido. A nossa proposta era a eleição pura e simples, sem provas — disse o diretor do Sinpro, Antonio Lisboa.

As inscrições dos candidatos a diretor podem ser feitas pelo site www.cespe.unb.br, de hoje até 4 de novembro. A entrega dos títulos vai até o dia 5 de novembro e a prova objetiva será 18 de novembro.

A votação será realizada em 16 de dezembro. O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) cedeu urnas eletrônicas para serem usadas no dia. A secretaria de Educação estima que será alto o número de eleitores. No DF, são 41 mil professores, 25 mil servidores, 520 alunos, o que soma quase 600 mil pessoas. Com os pais, que também podem votar, o número pode chegar a 1 milhão de votos.

O secretário de Educação anunciou ontem também que o processo de contratação de professores temporários será modificado. Atualmente, os substitutos assinavam um contrato, válido por um ano, com a Secretaria de Educação. A partir de agora, eles não terão mais nenhum vínculo empregatício com a Secretaria de Educação, receberão de acordo com a hora aula dada.

Atualmente, o substituto só é chamado depois de uma ausência superior a 15 dias do professor efetivo. Com a mudança, ele será chamado já no primeiro dia da falta de professor. Para o Sinpro, a mudança é bem vinda, desde que sejam garantidos os direitos trabalhistas dos professores temporários.